

UM MUNDO SEM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É POSSÍVEL

Eva Teresinha dos Santos

Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFSC

Teresa Kleba Lisboa, Dra.

Professora do Depto. de Serviço Social da UFSC (Coordenadora)

tkleba@matrix.com

Resumo

O projeto de extensão “Um novo olhar sobre a violência contra a mulher”, tem como objetivo conhecer as principais causas da violência contra a mulher na grande Florianópolis; A extensão se desenvolveu a partir da participação junto ao Fórum de Mulheres 8 de Março, da observação participante junto a 6^a DP e no CEVIC, e a pesquisa e entrevistas com mulheres vítimas de violência. Como resultado, busca dar visibilidade pública a questão da violência contra a mulher, através de um vídeo – documentário.

Palavras-chave: gênero, violência contra a mulher, políticas públicas.

Introdução

O presente relatório é resultado de uma experiência desenvolvida no tempo em que atuei como bolsista de extensão junto Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero - NUSSERGE, do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresenta um debate sobre a importância da elaboração, execução e implementação de políticas públicas destinadas à mulheres excluídas dos direitos mínimos, ou seja: mulheres desempregadas e em situação de extrema pobreza, mulheres chefes de família e mulheres que sofrem violência.

No decorrer do processo da extensão universitária, ficou constatado que o mesmo é de fundamental importância tanto para a formação acadêmica como para os movimentos e instituições da sociedade civil. A extensão universitária articulada ao ensino e a pesquisa abre caminhos de diálogo entre a Universidade e a Sociedade. Neste sentido, a extensão leva para as diferentes organizações e comunidades o conhecimento produzido dentro da academia e num

processo dialético absorve um conjunto de informações que possibilitam aprofundar, rever e gerar novos conhecimentos.

As formas de participação na extensão universitária envolvem desde a participação em atos públicos, palestras, cursos e eventos diversos, até intervenções mais diretas, como a formulação e execução de programas e projetos que atendam as necessidades percebidas. No que se refere a questão da violência contra a mulher, a Universidade possui um papel importante no desenvolvimento das principais causas da violência contra a mulher, na formulação de políticas públicas e programas direcionados para o atendimento à mulheres vítimas de violência e na desconstrução dos mitos que perpassam a questão da violência, bem como dar visibilidade pública e colaborar para que as vítimas se expressem sobre esta questão.

Dados disponíveis sobre a violência contra a mulher em Florianópolis, demonstram que a violência contra as mulheres tem aumentado assustadoramente, tornando-se agenda obrigatória das instituições governamentais e não governamentais. Conforme os boletins de ocorrência realizados na 6^a DP - Delegacia da Mulher da Capital, de janeiro a junho de 2004, foram registradas mais de 1.600 ocorrências. O número de ocorrências registrados neste período vem demonstrar que a violência contra a mulher tem sido causa de inúmeros problemas de ordem social.

Constata-se que as violências sofridas por mulheres continuam encobertas no espaço privado e “invisível” do lar. O domicílio mostra-se o locus privilegiado do exercício da violência contra a mulher como forma de controle social e de reafirmação do poder masculino. Conforme Saffioti (1994), as características da violência doméstica são bastante específicas. Trata-se de agressão física, psíquica ou sexual praticada no chamado espaço privado, no qual, em nome da preservação da privacidade, os representantes do Estado não interferem.

Embora o § 8º do art. 226 da Constituição Federal, de 1988, obrigue o Estado a criar mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (refere-se à família, já que o caput do art. afirma: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado), ainda permanece a idéia de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

A partir da observação participante junto à 6^a DP e no CEVIC – Centro de Atendimento à Vítima de Crime de Florianópolis, constatou-se que uma mulher que sofre algum tipo de violência doméstica necessita ir pessoalmente à Delegacia de polícia ou Delegacia da mulher para registrar o fato. Após o registro ela é orientada a seguir para a

"

abertura de um processo judicial ou é encaminhada aos serviços oferecidos pelo CEVIC, nas áreas social, psicológica e jurídica. Dependendo da condição psicológica e ou financeira da mulher (que muitas vezes não possui um passe para chegar até a DP), o processo fica interrompido e a mesma retorna para casa sem condições de enfrentar ou levar um processo adiante.

Infelizmente percebe-se que o contexto das políticas públicas é marcado pela ausência de estruturas e medidas pensadas em função da mulher. Apesar de serem a maioria, as mulheres não constituem um grupo específico no âmbito da Assistência Pública, não existem medidas e programas centrados na problemática do gênero e, particularmente desta, com as classes e grupos sociais mais desfavorecidos econômica, social e culturalmente. As Políticas Sociais tem promovido a marginalização das mulheres, contribuindo para a reprodução da sua subalternidade, a não igualdade de oportunidades nos diferentes espaços domésticos, da produção e da cidadania.

Segundo Saffioti (1994), até o presente, as mulheres tem sido mantidas afastadas das políticas dos direitos humanos. Mais do que isso, o Estado tem ratificado um ordenamento social de gênero através de um conjunto de leis que se pretendem objetivas e neutras, porque partem da errônea premissa de que a desigualdade de fato entre homens e mulheres não existe na sociedade.

A incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas aconselha a implementação de projetos específicos voltados às mulheres. Estes devem responder à singularidade da situação das mulheres e à necessidade de implementar medidas de discriminação positiva para neutralizar as desvantagens iniciais que alguns grupos de mulheres compartilham. Os projetos devem ser orientados para enfraquecer a prática de violência contra a mulher, dar apoio às mulheres vítimas de violência, dar atenção às adolescentes grávidas, amenizar a desinformação das mulheres sobre seus direitos, favorecer o ingresso das chefes de família pobres no mercado de trabalho, entre outros.

O Serviço Social, nas questões relacionadas à violência contra a mulher, possui um papel relevante, oferecendo o serviço de uma escuta qualificada, realizando o acolhimento da vítima e a partir da identificação da situação problema, realiza um trabalho social com a família da vítima e acompanhamento sistemático da situação. Por ser uma profissão operadora de direitos, um dos papéis do profissional de Serviço social é a orientação e informação sobre os

"

direitos das mulheres, formando grupos para que as mulheres possam socializar suas experiências, melhorar a auto-estima e seu papel na sociedade. É importante estar atenta á formulação de políticas públicas que tragam presente o recorte de gênero. Faz-se mister um trabalho articulado em rede, conhecendo os diferentes serviços oferecidos, fazendo parcerias e trocando experiências de práticas bem sucedidas.

O projeto de pesquisa e extensão apresenta como objetivo geral conhecer as principais causas da violência contra a mulher na grande Florianópolis e dar visibilidade pública para esta questão, e como objetivos específicos: mapear órgãos públicos estaduais (SC) e municipais (Florianópolis) que possuem políticas e programas direcionados ao atendimento de mulheres vítimas de violência e seus filhos; subsidiar o projeto de construção da Casa de Apoio (abrig) para mulheres e seus filhos, vítimas de violência na grande Florianópolis; Elaborar um vídeo – documentário educativo, sobre a questão da violência contra a mulher com a finalidade de ser discutido em grupos de mulheres e nas escolas como forma de prevenção e conscientização das meninas e mulheres em relação aos seus direitos; subsidiar o debate em torno de propostas para a elaboração, implementação e execução de políticas públicas voltadas para as mulheres que sofrem violência.

Material e Métodos

O trabalho de extensão se desenvolveu a partir da participação junto ao Fórum de Mulheres 8 de Março, da observação participante junto a 6^a DP e no CEVIC, e a pesquisa e entrevistas com mulheres vítimas de violência.

O Fórum de Mulheres 8 de Março é um grupo que vem se reunindo desde março de 2003 e aglutina representantes de diferentes movimentos bem como de entidades governamentais e não governamentais. Visa garantir os direitos já conquistados pelas mulheres, e colocar na agenda pública outras necessidades como: a implantação de Centros de Proteção à Mulher Vítima de Violência, Casas Abrigo, Delegacias Especializadas que contem com profissionais das áreas de Serviço Social e Psicologia, entre outros. Este grupo se articula em rede, não tendo como responsável uma única coordenadora ou coordenador, mas quem se sentir em condições e disponibilidade de tempo para chamar as reuniões e fomentar a discussão e as ações.

A atuação da acadêmica junto ao Fórum de Mulheres 8 de Março, foi no sentido de colaborar para a discussão teórica das causas da violência contra a mulher, e também na articulação e realização de eventos tais como: a semana de comemoração pelo dia 08 de março, com o ato público em comemoração ao dia Internacional da Mulher, uma oficina sobre gênero, direitos humanos e o protocolo da violência em Florianópolis e palestra na Câmara de Vereadores.

O engajamento junto com o movimento feminista se fortaleceu por ocasião da preparação e participação na 1ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, no dia 17 de abril de 2004, e na participação da Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres nos dias 17 e 18 de junho de 2004 e na luta pela efetivação do projeto de construção da Casa de Apoio (abriga) para mulheres e seus filhos, vítimas de violência na grande Florianópolis.

Outros eventos que estiveram na agenda foi a preparação e participação do Dia de Mobilização Contra a Exploração e Abuso Sexual Infanto-Juvenil na Praça da alfândega no dia 24 de setembro e o Ato Público no dia 25 de novembro – Dia Internacional pela Erradicação da Violência Contra a Mulher. Este dia foi designado pelas Nações Unidas a partir de 1999, porém já vinha sendo adotado pelo Movimento Internacional de mulheres, principalmente latino-americano, desde 1981.

Como a pesquisa é intrínseca à extensão, visto ser necessário um conhecimento abrangente da realidade e da área de atuação, no período correspondente aos meses de março e abril de 2004, foram realizadas visitas junto aos órgãos públicos para saber se os mesmos possuem políticas e programas direcionados ao atendimento das demandas exigidas pelas mulheres excluídas dos direitos mínimos, como as mulheres em situação de pobreza, as mulheres chefes de família que ganham até dois salários mínimos e aquelas que sofrem ou sofreram violência. Foram recolhidas cópias de programas e projetos desenvolvidos por secretarias municipais e estaduais, tais como na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, a Secretaria Municipal de Saúde, a Fundação Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Educação Infantil, Complexo Ilha da Criança com os projetos Casa de Passagem, Programa de Erradicação do Trabalho infantil, Projeto Brinquedoteca, Programa Liberdade Assistida, Programa Sentinel, SOS Criança, Acorde, Mel, Programa de Orientação Sócio-Familiar e Projeto Florir Floripa. A partir da

análise destes projetos foi possível evidenciar a carência e a falta de políticas públicas voltadas para as mulheres chefes de família e que sofrem ou sofreram violência.

No processo de pesquisa foi realizado um levantamento de dados sobre a violência contra a mulher, na Internet e na 6^a DP da Capital. Também foi elaborado um questionário para ser aplicado às mulheres vítimas de violência doméstica.

Na primeira etapa do projeto estava previsto 50 (cinquenta) entrevistas com mulheres vítimas de violência doméstica, que residem na região da grande Florianópolis. Foram realizadas visitas domiciliares á 50 mulheres nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, São José e Palhoça.

Em cada um dos municípios foi realizado contato prévio com lideranças locais, apresentando o projeto, estabelecendo vínculos e consequentemente projetando a Universidade Federal de Santa Catarina nos espaços de extensão comunitária.

No processo de visitas domiciliares, destaca-se que das 50 mulheres abordadas chefes de família, 20 mulheres foram vítimas de violência doméstica e romperam de alguma maneira com a situação, passando a assumir as responsabilidades com as despesas da manutenção sua como dos filhos, basicamente sozinhas.

A partir da aplicação do questionário, no processo de visitas domiciliares, foram identificadas mulheres que sofrem ou sofreram violência e que se dispuseram a colaborar com depoimentos utilizados na elaboração do vídeo-documentário educativo, realizado em parceria com departamento de jornalismo da UFSC, sobre a questão da violência contra a mulher. O vídeo será utilizado em grupos de mulheres e nas escolas num trabalho de prevenção e conscientização das meninas e mulheres em relação as questões de gênero e os encaminhamentos possíveis em caso de violência tanto psicológica, física ou sexual.

Em Florianópolis conta-se com os serviços da Delegacia Especializada no atendimento as mulheres (6^a DP), do CEVIC- Centro de Atendimento à Vítima de Crime (que possui Assistentes Sociais, Psicólogas e Advogadas em seu quadro), do IML e da Rede de Atendimento do Protocolo da Violência (em caso de vítima de violência sexual)

A partir de uma visita às Instituições que atendem mulheres, e da aproximação com o tema da violência contra a mulher, surgiu para a acadêmica Eva Teresinha dos Santos, o interesse por conhecer o cotidiano e o funcionamento do Centro de Atendimento às Vítimas de Crime - CEVIC. Para tal foi elaborado um projeto de observação participante no CEVIC,

visto que o CEVIC é no momento na Grande Florianópolis a única instituição que conta com uma profissional de Serviço Social atuando na área a violência contra a mulher. No Estado de Santa Catarina foram outras duas instituições além do Cevic de Lages e Joinvile, que possuem em seu quadro Assistentes Sociais atuando na área da violência contra a mulher, uma em Blumenau e outra em Chapecó.

O objetivo geral é de conhecer o cotidiano e o funcionamento do Centro de Atendimento à Vítima de Crime - CEVIC e o trabalho realizado pelo Serviço Social no atendimento às mulheres vítimas de violência. Os objetivos específicos são de perceber as principais demandas trazidas pelas mulheres que sofrem violência; identificar os mitos que perpassam as diferentes situações de violência que são efetivadas contra as mulheres e colaborar na desconstrução dos mesmos. O método escolhido é a observação participante, uma tarde por semana na Instituição, procurando conhecer e coletar dados sobre a mesma e o trabalho desenvolvido pelo Serviço social. Perceber a inter-relação do Serviço Social com outros profissionais, bem como a articulação com outras organizações governamentais e não governamentais. Observar como se dá o acolhimento das mulheres vitimizadas que procuram atendimento no CEVIC.

Segundo Becker (1994) o observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Observa as diferentes situações e como as pessoas que estão interagindo se comportam diante delas. Estabelece conversas e procura descobrir as interpretações que as pessoas possuem sobre os acontecimentos.

Foi solicitada pela turma da 8^a Fase do Curso de Serviço Social, a participação em um Seminário que discutia a violência contra a mulher. Pelo fato de coincidir a data do seminário com uma reunião do Fórum 8 de março que preparava o dia 25 de novembro, não foi possível participar, mas junto com a bolsista Juliana Palavezzini e com a Professora Teresa Kleba Lisboa, foi organizada uma apresentação com dados e uma reflexão sobre o tema.

Nos dias 26 à 31 de janeiro de 2005, ocorreu o 5º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre- RS. A equipe composta pelas acadêmicas Eva Teresinha dos Santos, Janize Luzia Biella, Juliana Palavezzini e a Prof^a Dr^a Teresa Kleba Lisboa, estiveram participando e oferecendo uma oficina intitulada “Um novo olhar sobre a violência contra a mulher-Identificando Políticas Públicas”. A oficina reuniu profissionais, professores universitários, acadêmicos e

outras pessoas que se interessam pelo tema, oriundas de diversas partes do Brasil e exterior. Foi realizado um debate e formulação de propostas para a erradicação da violência contra a mulher, além de troca de endereços, informações e ampliação da rede de contatos.

Resultados e Análise

O tema da violência contra a mulher foi escolhido tendo presente que a temática da violência é uma das interfaces da questão social, objeto direto do Serviço Social.

A violência é um tema que adquire relevância com o advento da modernidade. Passa a ser reconhecida a partir da concepção dos direitos humanos e da cidadania, bem como a propagação de valores como liberdade, igualdade e felicidade. Com base nestes valores, determinadas práticas passam a ser questionadas e identificadas como formas de violência.

É relevante a participação no debate junto ao movimento de mulheres de Florianópolis, no Fórum 8 de Março, visto que este movimento está em constante construção e se propõe a colaborar na formulação, implementação e execução de políticas públicas voltadas para as mulheres que sofrem violência.

O movimento que luta pela erradicação de todas as formas de violência contra a mulher, reúne mulheres e homens comprometidos com esta causa e no ano de 2004 celebrou mais uma conquista, juridicamente a partir de 17 de junho de 2004 no Brasil, passou a vigorar a lei nº 10.866 que tipifica a violência doméstica, conforme o parágrafo 9º: se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade. Pena: detenção de seis meses a um ano. Porém há muito a ser conquistado visto que sem uma reforma do código de direito penal, pouco se pode fazer para que as punições contribuam para uma efetiva redução da violência, principalmente a doméstica.

No processo de visitas domiciliares, entrou-se em contato com mulheres que romperam com o ciclo da violência e outras que continuam sofrendo suas consequências. Procurou-se numa atitude de muito respeito escutar estas mulheres. Ouvir atentamente as queixas e dores pelas situações vividas, as dificuldades encontradas para deixar a relação, ou mesmo de continuar, a luta pelo respeito a sua individualidade.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres, estão as de ordem financeira, visto que com o rompimento da relação, muitas passam a assumir sozinhas as responsabilidades da casa e o sustento dos filhos.

No processo de observação participante junto ao CEVIC - Centro de Atendimento à Vítima de Crime, observou-se que 80% dos atendimentos realizados são casos de violência doméstica contra mulheres.

Conforme Melo/Teles (2002) violência, em sentido amplo quer dizer o uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade e pode ser diferenciada de acordo com o agente que a exerce, como: violência policial, institucional, social, econômica, política ou estatal, entre outros, ou conforme a população atingida, como a violência étnico-racial, ou violência de gênero, bem como pode se ter presente o espaço em que ocorre, como a violência escolar ou doméstica.

A violência doméstica afeta mulheres de todas as idades, etnias e classes sociais. Ao se falar de violência contra a mulher, costuma-se apresentar como violência doméstica, pois ao contrário do que acontece aos homens, que geralmente sofrem violência no espaço público, a violência contra a mulher ocorre principalmente no espaço doméstico, e é efetivada por pessoas com quem as vítimas mantêm relações afetivas ou íntimas e está profundamente inserida nos hábitos, costumes, comportamentos sócio-culturais, papéis e funções de gênero imaginadas como naturais.

A violência pode ser identificada como violência doméstica, violência contra a mulher, violência intrafamiliar, violência sexual, abuso sexual, violência conjugal, violência sexista, assédio sexual ou moral, violência psicológica, violência interpessoal e violência patrimonial.

A violência de gênero acontece em todas as idades, classes sociais, etnias, religiões ou orientação sexual. Podem ocorrer em qualquer âmbito: no trabalho (desigualdade salarial, assédio sexual), no namoro, casamento (agressão física, ameaça, calúnia, estupro), na participação social (a coisificação da mulher através da exploração do corpo pela mídia, o atendimento desumano nos postos de saúde) entre outros.

De acordo com a concepção de Scott (1995), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, apresentando-se também como uma forma primordial de dar significado às relações de poder.

"

Em pesquisa realizada sobre vitimização, os dados estatísticos do IBGE mostram que as violências sofridas por mulheres estão escondidas no espaço privado e invisível do lar. A cada quatro minutos a polícia registra uma agressão física contra mulher no Brasil. O domicílio mostra-se o *locus* privilegiado do exercício da violência contra a mulher como forma de controle social e de reafirmação do poder masculino.

A Organização Mundial da Saúde declarou, no ano de 2002, que a violência doméstica é o principal problema de saúde das mulheres no mundo. No entanto, o contexto das políticas públicas é marcado pela ausência de estruturas e medidas pensadas em função da mulher. Não se verificou na análise dos programas e projetos recolhidos nas Instituições Municipais ou Estaduais, medidas concretas para garantir o princípio da eqüidade de gênero ou políticas de ações afirmativas para as mulheres como cotas ou programas de geração de emprego e renda.

No caso da violência contra a mulher, muitos mitos perpassam e são constantemente atualizados como forma de explicação e continuidade de papéis construídos levando em conta as diferenças de gênero.

A desconstrução dos mitos relacionados à questão da violência de gênero, se faz relevante, tendo presente que a violência contra as mulheres além de ser um problema de saúde pública, como também um problema de segurança pública e social, é sobretudo, um problema político-cultural que se sustenta nas opiniões e crenças a respeito de homens e mulheres e como devem relacionar-se entre si. Tal aspecto se sustenta a partir da formulação de mitos, que segundo Abbagnano (1982) são instrumentos de controle social e cumprem o papel de reforçar uma tradição ou formar outra que venha a controlar a conduta.

O vídeo-documentário produzido em parceria com o Departamento de Jornalismo visa, por exemplo, a desconstrução de alguns mitos sobre a violência contra a mulher. No anseio de colaborar com a desconstrução de alguns mitos, reflete-se que, nem todos os agressores são alcoolistas (mesmo que a grande maioria dos casos registrados nas delegacias aponte o consumo de álcool ou entorpecentes, acredita-se que este fator seja consequência e não causa direta) ou sofrem de transtornos mentais.

Outra desmistificação que se faz necessária diz respeito ao fato de que a violência não ocorre somente em famílias pobres, de baixo nível cultural, problemáticas e imigrantes e entre casais de fato (estas são as que geralmente procuram os órgãos públicos, as famílias de classe média ou alta possuem outros meios).

"

"

Nem todos os agressores sofreram violência por parte de suas famílias no passado. Estes fatores podem predispor, mas não são causa ou justificativa das agressões.

Nas entrevistas várias mulheres reclamaram do serviço público oferecido nas delegacias o que evidencia que além da implantação dos serviços se faz necessário uma formação continuada dos profissionais que atuam na área.

Desta forma constata-se que a violência contra a mulher pode ser psicológica, física, por abuso sexual, mas também pode ser institucional, ou seja quando os serviços oferecidos por uma instituição e sistemas públicos (delegacias, IMLs, Centros de saúde...) são prestados em condições inadequadas resultando em danos físicos e psicológicos para a mulher.

Muitas mulheres não conseguem deixar uma relação violenta por causa das ameaças do homem violento que diz que vai matá-la, tirar-lhe as crianças, colocar fogo na casa; por se sentir paralisada pelo trauma e vergonha; por falta de opções de moradia, trabalho e cuidados médicos decorrente da dependência econômica; pela dificuldade de acesso a educação, treinamento e informação; por pressões familiares e dos amigos, e falta de apoio da comunidade; devido aos valores religiosos e culturais que colocam a separação como pecado, mulher separada ainda é julgada como “puta”; pela esperança, promessa de mudanças, e dependência afetiva do homem. Estas realidades não carecem de julgamento moral, mas de políticas públicas capazes de colaborar no seu enfrentamento.

A violência contra a mulher é uma das interfaces da questão social, portanto, é um dos campos de intervenção do Serviço Social.

É importante lembrar que ainda não existe o cargo de Assistente Social junto à Delegacia da Mulher, sendo necessário uma luta por parte da categoria profissional e dos movimentos comprometidos com as causas das mulheres, no sentido de criá-lo.

Pelo fato de os profissionais de Serviço Social serem operadores de direito, é imprescindível o papel de orientar, informar, esclarecer as mulheres que sofrem violência em relação a seus direitos e incentivá-las a fazerem o Boletim de Ocorrência, ou seja, fazer a denúncia, dar queixa na Delegacia; se sofreram violência física encaminhá-las para os devidos órgãos como Instituto Médico Legal, e em caso de violência sexual, seguir as orientações do Protocolo da Violência Sexual, em andamento na cidade de Florianópolis.

Faz se mister compor, coordenar ou participar de grupos multidisciplinares que trabalham com mulheres que sofrem violência.

"

"

No trabalho, gerar políticas inclusivas de inserção da mulher no mercado de trabalho beneficiando e privilegiando mulheres que sofrem violência, como forma de colaborar no processo de empoderamento destas mulheres.

Na área da educação, trabalhar na conscientização e esclarecimento dos alunos, promovendo debates, seminários, palestras, sobre as questões de gênero e a temática da violência.

Na área da habitação e infraestrutura, contemplar um número maior de mulheres com crédito para construção de casas.

Na área da comunicação promover ações de capacitação e sensibilização reconstruindo a imagem das mulheres em situação de violência.

Trabalhar sempre em rede, articulando os diversos tipos de atendimento existentes na área, para poder encaminhar as mulheres; elaborar projetos em conjunto e canalizar forças e recursos; é importante que os trabalhos sejam desenvolvidos por equipes multiprofissionais.

Considerações Finais

A violência contra a mulher é uma violação dos Direitos Humanos, e como tal faz-se necessário o empenho na erradicação das causas e consequências desta violação. Para tanto faz-se mister a realização de projetos e pesquisas que dêem visibilidade pública a estas questões, bem como o debate teórico a partir e com a academia. Nesse aspecto ressalta-se a importância dos projetos de extensão, que colaboram para que a universidade esteja de fato interagindo com a sociedade civil.

É fundamental que programas e projetos públicos tragam a perspectiva de gênero e sejam construídos de maneira democrática, visando a inclusão da população usuária.

Outro aspecto é a participação junto ao movimento popular, que articulado em rede, serve de sinal apontando caminhos e propondo políticas eqüitativas.

A informação é fundamental para que se faça valer direitos e se avance na efetivação de políticas públicas que venham a colaborar para a superação das dificuldades enfrentadas pelas mulheres que sofrem violência.

No que tange ao Serviço Social, é importante lembrar que sendo esta uma profissão especialista em formular e executar políticas públicas, deve estar inserida nos diferentes

"

espaços de atenção às mulheres vítimas de violência, colaborando para a transformação desta situação, pois um mundo sem violência é um direito das mulheres e um mundo sem violência contra a mulher, é um sonho e uma realidade possível.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Mestre Jou, 2^a edição, 1982.
- BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** Editora Hucitec. São Paulo, 1994, pg.47.
- BOSCH, Esperanza y FERRER, Victoria A. **La voz de las invisibles. Las víctimas de um mal amor que mata.** Ediciones Cátedra(grupo Anaya,S.A), Madrid, 2002.
- BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – **Plano Nacional:** Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo Políticas para as Mulheres. – Brasília, 2003.
- Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos. Viena, 1993.
- SAFFIOTTI, Heleith I. B. **Violência de Gênero no Brasil Atual.** Estudos Feministas. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, N° especial, 2º sem./ 1994 p.443-61
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação & Realidade. Faculdade de Educação - UFRGS, Porto Alegre, v.20, n.º 2 p.5-22, jul/dez, 1995.